

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.081.757 - SP (2017/0077855-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : THIAGO SPINOLA THEODORO E OUTRO(S) - SP329867
AGRAVADO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES E OUTRO(S) - SP146961
MAURICIO MELLO KUBRIC E OUTRO(S) - SP293296
EDUARDO MELMAN KATZ - SP311576
RAFAELA FONSECA CAMBAUVA - SP357684

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 284):

APELAÇÕES – Ação Anulatória de Débito Fiscal – ISS – Exercícios de 1999, 2000, 2001 e 2002 – Serviços bancários – Decadência do tributo – Inocorrência – Não incidência de imposto sobre o serviço de rendas provenientes de prestação de garantia – Prestação de serviço ocorrida sob a égide da LC 56/87 – Precedentes – Recurso da Municipalidade improvido e Recurso do Autor provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 304/308).

No apelo nobre, interposto em duplicidade (e-STJ fls. 312/320 e 322/330), o recorrente apontou violação do art. 535 do CPC/1973 e dos itens 24, 95 e 96 da lista anexa à LC 56/1987. Sustentou, em resumo, que: *(a)* a Corte estadual incorreu em omissão, pois não teria analisado a validade do lançamento com base no item 24 da lista anexa, o qual teria respaldado o auto de infração; *(b)* a concessão de aval e fiança enquadra-se no mencionado item, por pressupor a atividade de análise, por meio da qual o banco avalia "a viabilidade de se garantir determinada obrigação do contratante".

Contrarrazões às e-STJ fls. 337/347.

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender incidente a Súmula 7 do STJ (e-STJ fl. 349), fundamento esse com o qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 352/356).

Contraminuta às e-STJ fls. 359/366.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo n. 2, sessão de 09/03/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Feita essa consideração, verifico que o recurso especial em comento não merece ser mesmo admitido.

Em relação ao capítulo dedicado à demonstração de nulidade do acórdão recorrido, por suposta violação do art. 535 do CPC/1973, constata-se que as razões do apelo nobre encontram-se dissociadas daqueles suscitadas por ocasião da oposição dos embargos de declaração na origem. Com efeito, enquanto nos aclaratórios a Edilidade justificou a validade do auto de infração com base no item 22 da lista anexa à LC 56/1987, no recurso especial ela defende a autuação com fulcro no item 24. Patente, portanto, a deficiência da irresignação recursal, nos termos da Súmula 284 do STF.

Por conseguinte, também não é viável conhecer da pretensão de reforma do julgado estadual, visto que o referido item 24, que dá suporte à tese defendida pela municipalidade, não foi efetivamente analisado pelo TJ/SP, estando, pois, desatendido o requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator